

**Políticas Públicas, Gênero e Trabalho - II Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**

Sessão temática: Gênero e identidade em profissões e ocupações

Relações de Trabalho, Gênero e a Construção das Identidades na Contemporaneidade  
*Alessandra Tenório Cerqueira*

## **Relações de Trabalho, Gênero e a Construção das Identidades na Contemporaneidade**

### **Resumo**

A mudanças no modelo produção ocorridas a partir da segunda metade do século XX tiveram implicações significativas na formação da identidade dos trabalhadores (as). O trabalho é categoria ontológica do homem e ocupa uma importante dimensão das representações sociais que são inerentes a constituição das identidades. Isto explica a relevância das modificações no mundo do trabalho para a construção das identidades dos trabalhadores (as). Essas transformações, no entanto, atingem de forma desigual mulheres e homens porque o mundo do trabalho é atravessado pelas relações e representações de gênero constituintes de todo universo social.

Palavras-chave: Trabalho, gênero e identidade.

As transformações ocorridas na segunda metade do século XX afetaram o mundo do trabalho de forma tal que as modificações<sup>1</sup> oriundas deste fenômeno podem ser comparadas às que afetaram as sociedades capitalistas que passaram pela primeira Revolução Industrial. As modificações de então alteraram profundamente as relações sociais de trabalho assim como a própria estrutura do trabalho. A racionalização e sua parcelização do trabalho, a proletarização dos trabalhadores e a burocratização foram as mais radicais transformações incitadas pelo avanço tecnológico de então. Mais de dois séculos se passaram e novamente as sociedades capitalistas vivenciam um avanço tecnológico radical tão intenso quanto o primeiro e igualmente capaz de alterar as relações de trabalho assim como sua estrutura de forma radical. E novamente racionalização, proletarização e burocratização são intensificadas resultando em na acentuação da precarização do trabalho. Novas ocupações são criadas à medida que outras são extintas. A expulsão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho e a perda de direitos conquistados através de lutas e movimentos sociais são a contraparte dos avanços tecnológicos. Na esteira dessas modificações a situação dos trabalhadores que já possuem direitos consolidados torna-se insegura, não se sabe qual o futuro dos trabalhadores no seio destas modificações. Segundo CASTEL:

começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade (1998 p. 516-517).

Neste sentido o destino da vida ocupacional passa a ser um objeto de estudo que motiva os pesquisadores da área. O trabalho é um fenômeno amplamente discutido na história da ciência e chega a ser tomado, por alguns estudiosos, como a linha separa humanidade da simples animalidade. MARX (1989), situa o trabalho, como o agir sobre a natureza que a transforma e, ao mesmo tempo transforma o ser humano num ser genérico. De acordo com SIMMEL (2005), o ser humano vive travando uma constante batalha com a realidade natural da qual se arranca e se contrapõem. Desta forma, a perspectiva desses dois

---

<sup>1</sup> Falo aqui das inovações tecnológicas e da organização do trabalho que ficaram conhecidas como capitalismo flexível e/ou toyotismo.

autores clássicos, é de que o trabalho cumpre uma função fundamental na construção da vida humana, pois a partir dele o ser humano constrói a sua cultura.

A preocupação desses pensadores clássicos com o universo do trabalho, ainda hoje, encontra respaldo por diversos estudiosos. São várias as discussões a respeito dos problemas do mundo do trabalho oriundas das transformações ocorridas após a segunda metade do século XX. As modificações<sup>2</sup> que reestruturaram o mundo do trabalho tiveram um aceleração a partir da década de 1970. Tais transformações mudaram radicalmente o mundo do trabalho diversificando-o a ponto de alguns autores negarem sua capacidade explicativa. Para OFFE (1989, p.176), por exemplo “estes sintomas levantam a possibilidade de o trabalho, em certo sentido, ter-se tornado ‘abstrato’, de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para explicar as estruturas sociais, os conflitos e a ação”. Entretanto, o trabalho ainda permanece como categoria explicativa para diversos autores como, por exemplo, ANTUNES (2002) que amplia o conceito marxista de classe trabalhadora para “classe-que-vive-do-trabalho”. Todo o debate atual em torno da esfera do trabalho só ratifica sua posição privilegiada dentro do debate acadêmico que por sua vez encontra sua justificativa na vida social.

Enfim não pode ser negado que o trabalho cumpre uma importante e fundamental função de integração social nas sociedades complexificadas. Sobre esta perspectiva DURKHEIM (1999) entende que a divisão do trabalho está no cerne da sociedade organizada cuja solidariedade deriva de uma moral pela qual os indivíduos se orientam devido ao sentimento de dependência em relação ao todo societal. A moral se originaria do sentimento de dependência e da consciência de que cada indivíduo necessita e contribui com sua atividade ocupacional com a integração social. Desta forma para DURKHEIM a moral derivada da dependência dos indivíduos em sociedade com ampla divisão do trabalho é a responsável pela integração social que mantém a unidade social. Todavia, ainda que a rede de relações que se estabelecem através do trabalho seja responsável por uma integração social não torna a sociedade um todo homogêneo e harmonioso. Desta forma, afirma LAHIRE (2002) há diferenças entre sociedades tradicionais com baixa divisão do trabalho e maior controle social e sociedades complexas com grande divisão do trabalho e que oferecem “situações heterogêneas, concorrentes e, às vezes, até contraditórias umas com as outras do ponto de vista de socialização que desenvolvem” (p.27).

BOURDIEU (2007) também ressalta a dimensão do conflito, no qual os agentes sociais estão constantemente envolvidos no interior dos campos, isto é, nos espaços sociais em que estabelecem suas relações. Nesse caso, para este autor, espaço social é o espaço objetivo, em que ocorrem as relações objetivas entre os indivíduos e, no qual esses indivíduos ocupam determinadas posições e por ocupá-las são capazes de formular pretensões de mudança ou conservação desse espaço, assim como, produzem conceitos sobre outros indivíduos e pelos quais são conceituados. Ora, esta busca de modificar ou conservar posições exemplifica o que BOURDIEU (2007) denomina de constante “luta simbólica dos agentes” na qual a conformação social está sempre em um processo de transformação e na qual as posições sociais podem ser modificadas a cada desequilíbrio de forças.

Por conseguinte, como o campo do trabalho também é formado por espaços sociais, a luta pela conservação ou modificação das posições ocupacionais também está presente em

---

<sup>2</sup> Sobre essas modificações ver ANTUNES, Ricardo (1999) e ou CASTEL, Ricardo (1998).

seu interior. Ora, neste caso, as posições que os indivíduos ocupam no espaço social e os conflitos inerentes a estas relações tornam-se, também, elementos de construção de identidade. Desta forma, entende-se por identidade como uma representação de si, uma idéia ou idealização de si mesmo, quando num contexto social, os sujeitos assumem um discurso com o qual se identificam e posicionam a si mesmo como indivíduos. A respeito de indivíduos em posições sociais diferentes, ou seja, alteridades que estão em uma constante luta simbólica, em busca da legitimidade dos seus capitais, afirma Bourdieu:

cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social defini-se e afirma-se na diferença. (2007, p.163)

Segundo LAHIRE (2002) há a possibilidade de que os atores encontrem ocasiões e maneiras diversas de restringir a variedade de práticas e de acontecimentos particulares à integração de “um si-mesmo coerente e unificado” ao menos em determinados aspectos do universo social. Neste caso a dimensão profissional, sobretudo no caso de ocupações em que os indivíduos possuam um sentimento de coletividade “reproduz dentro das sociedades diferenciadas as condições de socialização relativamente coerentes e homogêneas” (LAHIRE 2002, p.27).

Para FREIDSON (1998) as diferentes ocupações desempenhadas pelos indivíduos possuem relevância para a formação das identidades desses indivíduos porque possuem uma função na organização social e psicológica desses indivíduos:

o trabalho é estatuído por diferenciação de tarefas em ocupações particulares: o desempenho socialmente organizado de tarefas diferenciadas tem implicações específicas para a organização social e a psicologia social do trabalho. Partindo deste ponto de vista, da importância das ocupações para a construção das identidades sociais, pode-se afirmar que o trabalho é um tema bem recorrente. Isto porque o capital simbólico é formado em parte em relação ao trabalho. (p.117)

Essa importância do trabalho para a construção das identidades sociais só pode ser compreendida no seio das relações inerentes à sua prática no campo do trabalho e também nas relações estabelecidas em outros espaços sociais. Segundo TIRIBA (2000) o trabalho é uma categoria importante na constituição da cultura, pois:

o caráter ontológico do trabalho e sua centralidade na produção da vida social trazem consigo as práticas sociais concretas e o conjunto de valores e representações que os trabalhadores interiorizam, em cada momento histórico, em sua atividade laboral e em outras redes de convivência humana. (...) temos que incluir o trabalho como elemento que constitui a cultura e que por ela está constituído. Neste sentido, a cultura do trabalho pode ser compreendida levando-se em conta tanto os elementos materiais como imateriais da produção; como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam e se manifestam tanto no plano econômico como no plano das relações que o trabalhador estabelece com seu trabalho, com os demais trabalhadores e com a sociedade. (p.222)

Desta forma, pode-se perceber que tanto as estruturas internas inerentes ao

desenvolvimento do trabalho são importantes para a constituição das identidades dos trabalhadores quanto o universo de relações que se estabelecem a partir dele. As relações constituídas com outros trabalhadores e com a sociedade em geral estão diretamente vinculadas à constituição da subjetividade dos trabalhadores e, conseqüentemente de suas identidades.

De acordo com HONNETH (2003) os indivíduos necessitam do reconhecimento intersubjetivo para formação de uma auto-imagem positiva, desta forma “a auto-compreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, à medida que cooperaram na implementação de valores culturalmente definidos” (p.200). Por conseguinte as representações coletivas a respeito do trabalho e do não-trabalho atuam significativamente na construção da auto-imagem individual. Ora, a ideologia dominante que impregna as representações sociais desde a primeira Revolução Industrial é da vadiagem, ou seja, o não-trabalho, como uma forma estigmatizada de se viver, como cita CASTEL (1998 p. 598), a respeito da visão dos não-trabalhadores durante o século XVI “os vagabundos são o peso inútil da terra”. Para este autor, ao longo do século XX ocorreu uma difusão da sociedade salarial, e neste caso, como afirma CASTEL, as representações a respeito do valor do trabalho disseminaram-se por uma grande parte da sociedade, ou seja, “os atributos vinculados ao valor do trabalho [que servem] para caracterizar os status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter se imposto definitivamente” (1998, p.495-496).

Neste sentido, os valores sociais atribuídos ao trabalho como categoria legitimamente válida se destacam de forma que, segundo CASTEL “o trabalho continua sendo referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (1999, p.578). Assim, conforme HONNETH (2003) a formação prática da identidade pressupõe a experiência do reconhecimento intersubjetivo, ou seja, “o desenvolvimento da identidade pessoal de um sujeito está ligado fundamentalmente à pressuposição de determinadas formas de reconhecimento por outros sujeitos” (2003, p.78). Fica claro que, as representações coletivas a respeito do trabalho têm um papel fundamental na formação da auto-imagem dos indivíduos, isto é, para sua identidade. Isto porque, através dessas experiências de reconhecimento os sujeitos constroem uma relação positiva consigo mesmo, desenvolvendo assim um “auto-respeito”. Neste caso, segundo HONNETH a estima social compreende: “as propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais [podemos dizer, ocupacionais] requerem um *médium* social que deve expressar as diferenças de propriedades entre sujeitos humanos de maneira universal, isto é de maneira intersubjetivamente vinculante”. (p. 199)

A importância do reconhecimento intersubjetivo proveniente da atividade laboral também é destacada por DEJOURS: “em sua maioria, os que trabalham se esforçam por fazer o melhor, pondo nisso muita energia, paixão e investimento pessoal”, mas esse investimento que o indivíduo faz em seu trabalho precisa ser reconhecido para que adquira sentido e “possa ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção de sua identidade” (2000, p.34).

Claude Dubar (2005) reconhece uma dimensão importante do trabalho para a formação da identidade: “para realizar a construção biográfica de uma identidade profissional e, portanto social, os indivíduos devem entrar em relações de trabalho, participar de alguma forma das atividades coletivas em organizações, intervir de uma

maneira ou de outra em representações” (p. 151). Assim como BOURDIEU (2007), DUBAR (2005) também admite uma dimensão de conflito, relacionada às posições ocupadas pelos indivíduos na esfera do trabalho que resultam na construção processos de identificação profissional assim, existe uma “experiência relacional social do poder” na qual os indivíduos ambicionam o reconhecimento intersubjetivo num ambiente de acesso desigual. Desta forma, para DUBAR “é possível, formular a hipótese de que o investimento privilegiado em um espaço de reconhecimento identitário depende estreitamente da natureza das relações do poder nesse espaço e da posição que nele ocupam o indivíduo e seu grupo de pertencimento” (2005, p.150).

A dimensão do conflito que perpassa todos os campos sociais encontra relativa importância dentro no campo do trabalho onde os indivíduos estão constantemente em busca de legitimidade da sua distinção. BOURDIEU confirma esta luta em busca de legitimidade no interior do campo profissional:

o mesmo é dizer que as transformações dos cargos – e de seus ocupantes – são acompanhadas, inevitavelmente, por um verdadeiro trabalho simbólico, cujo objetivo consiste em fazer com que sejam reconhecidos nas representações, portanto, por uma luta permanente entres aqueles que entendem impor um novo sistema de classificação e os defensores do antigo. [...] em matéria de cultura, os investimentos não são somente econômicos, mas também psicológicos. (BOURDIEU 2007, p.291).

Ademais das relações inerentes ao interior do trabalho, estão as relações externas que adquirem uma importância fundamental na construção das identidades, pois estabelecem um importante referencial no qual os sujeitos constroem suas representações sociais a respeito do ser humano moralmente imputável. Tais representações essas que estão incrustadas no próprio processo histórico, pois que o trabalho como citado anteriormente, é um fator de construção cultural do ser humano.

O sentido do trabalho assume assim, para além da realização subjetiva e da necessidade espiritual de encontro, um dever moral para com a sociedade. Desta forma explicita-se a relação fundamental que o trabalho possui na formação de uma auto-imagem positiva dos sujeitos. Segundo DEJOURS (2000) “o reconhecimento não é uma reivindicação secundária dos que trabalham. Muito pelo contrário, mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho” (p.34).

Todavia, as transformações do mundo do trabalho oriundas da flexibilização do capital colocaram em cheque as estruturas que forneciam o referencial para a construção destas representações simbólicas. Dessa forma a “centralidade na produção da vida social” ocupada pelo trabalho ao longo do processo histórico sofre com as constantes transformações no “desenvolvimento das forças produtivas” a começar pela relação mais básica, ou seja, a relação produto-produtor. Neste caso interfere primeiramente a própria divisão social do trabalho que desde o século XIX tem sido apontada como responsável pelas mudanças no mundo do trabalho que implicam diretamente numa perda de capital simbólico pelos trabalhadores. Segundo SIMMEL (2005) a divisão do trabalho é responsável pelo processo de fragmentação que gera uma especialização cada vez maior dos trabalhadores. Como resultado uma multiplicidade de sujeitos agora passam a estar envolvidos na fabricação de um objeto, este por sua vez torna-se portador de um conhecimento que os trabalhadores individuais que participaram de sua produção não possuem. Também MARX(2004), já destacava que as perdas causadas pela divisão do

trabalho acarretavam um estranhamento entre produtor e produto do trabalho a medida em que o primeiro não pode mais se reconhecer no segundo, que só parcialmente ajudou a produzir.

As inovações tecnológicas e a racionalização do trabalho radicalizadas a partir da metade do século XX intensificaram a disjunção entre trabalhador e o produto de seu trabalho. Para SENNET (1999) a maquinaria também é responsável pelo “distanciamento e confusões da flexibilidade” porque estes novos instrumentos do capitalismo são “muito mais inteligentes que os aparelhos mecânicos do passado” e neste caso “substituem a inteligência dos usuários” e podem levar desta forma “a novos extremos o pesadelo do trabalho bronco de Smith” (p. 86).

Esse distanciamento entre trabalhador e trabalho é demonstrado por SENNET (1999) ao expor os sentimentos dos trabalhadores de uma padaria de Boston-EUA “— Eu vou para casa, faço pão mesmo, sou um padeiro. Aqui aperto botões” ou “— Não importa; não vou ficar fazendo isso o resto da vida”. Estas declarações demonstram a fraca identificação dos trabalhadores com o seu trabalho. Além disso, afirma SENNET, sobre estes trabalhadores: “os padeiros têm uma vívida consciência de que executam tarefas simples e broncas, fazendo menos do que sabem”. (1999, p.83)

Contudo, é necessário reconhecer que a formação das identidades não está circunscrita às relações de trabalho. De acordo com DUBAR (2005) a formação da identidade é inerentemente relacional e embora a primeira identidade seja forjada biologicamente o é também por aspectos étnicos herdados da família. Todavia é através das atribuições do grupo social escolar que o sujeito vivencia sua primeira identidade social. O indivíduo constrói suas estratégias identitárias mediante a dualidade de identidades herdadas e visadas. Entretanto não se pode excluir que “os modos de construção das categorias sociais a partir dos campos escolar e profissional adquiriram tal legitimidade porque as esferas do trabalho e do emprego [...] e também da formação constituem áreas pertinentes das identificações sociais dos próprios indivíduos” (DUBAR 2005, p.146).

Assim, todo processo biográfico dos indivíduos que, por sua vez engendram o processo de construção da identidade é marcado por continuidades e rupturas. Desta maneira, para DUBAR (2005) um acontecimento importante de descontinuidade é à saída da escola para o mercado de trabalho, o qual se configura como um momento de destaque para a formação de uma identidade autônoma. Por conseguinte, para este autor, as condições históricas de acesso ao mercado de trabalho são fundamentais para a formação da identidade ocupacional. Desta forma a construção de uma identidade ocupacional básica fica ainda mais comprometida sob as condições atuais do mercado. Isto porque, a falta de relações de trabalho estáveis é fundamental para a construção destas identidades. Logo,

a identidade social não é ‘transmitida’ por uma geração á seguinte, cada geração a constrói, com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente. Essa construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação, que conquistou uma grande legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição dos *status* sociais. (DUBAR, 2005, p.157).

Portanto, a identidade deve ser compreendida como o “resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos

diversos processos de socialização que, conjuntamente constroem os indivíduos e definem as instituições” (idem, p.136). DUBAR segue seu raciocínio ao fechar a idéia central de identidade interacional afirmando que o processo de identificação necessita do reconhecimento intersubjetivo, isto é, “a identidade para si é correlata ao Outro (...) nunca sei quem sou a não ser no olhar do outro” (DUBAR 2005, p. 135). Neste sentido a identidade nunca pode ser totalmente concluída, já que o indivíduo jamais possui a certeza de que sua identidade para si seja a mesma que lhe é atribuída pelos outros atores (DUBAR 2005, p. 135).

Nesta perspectiva, da necessidade de reconhecimento intersubjetivo torno a destacar a importância das ocupações, que, segundo LAHIRE (2002) possui relevância na construção da identidade. Desta forma, existe uma busca de distinção pelos trabalhadores que é orientada pela tentativa de manutenção de uma identidade dentro do campo ocupacional, principalmente no que diz respeito aos que não pertencem ao grupo. Segundo LAHIRE isto ocorre porque “existe uma fragilidade nesses laços a medida em que nas sociedades diferenciadas os membros desses grupos se relacionam com outros grupos e mesmo dentro do ambiente de trabalho convivem com os não profissionais” (p.29). Assim,

os membros do grupo são obrigados a criar separações institucionais se não quiserem ser penetrados por lógicas exógenas. O contato prolongado com essas outras lógicas efetua-se no âmbito das trocas regulamentadas, institucionalizadas, situam os leigos no terreno dos profissionais, e não no terreno dos encontros de igual para igual, no decorrer das interações onde todos os pontos de vista se equivalem. [...] Para resistir àqueles que, muitas vezes, lhes opõem crenças e tradições coletivas é preciso que se apoiem em crença e tradições próprias do seu grupo (LAHIRE 2002, p.28).

Essas discussões a respeito das lutas simbólicas pela legitimidade, pela distinção, ou seja, pelo poder simbólico demonstram a relevância do trabalho para a formação na construção das identidades coletivas e individuais. Daí que as transformações sociais que atingem o mundo do trabalho têm implicações concretas na construção dessas identidades. Segundo CORAGGIO (2000), existe uma crise de reprodução degradante, de perda de auto-estima, de perda da identidade, de perda das expectativas, que temos que superar.

Todavia, embora as formulações apresentadas tenham um importante valor explicativo para a construção das identidades e as implicações das modificações do mundo do trabalho sobre essas identidades, ela não dá conta do universo de trabalhadores porque não leva em conta as diferenças essenciais entre a constituição das mãos-de-obra masculina e feminina. HIRATA (2002), concorda que a cultura do trabalho só pode ser compreendida a partir da análise dos elementos materiais e imateriais da produção; tanto as práticas como os valores e conhecimentos que se solidificam e se manifestam tanto na esfera econômica como no das relações que os trabalhadores estabelecem com sua ocupação, com os outros trabalhadores e com a sociedade. Neste caso afirma HIRATA (2002), que “as relações sociais homens-mulheres fora do trabalho estruturam a divisão sexual do trabalho profissional”. (p.217). Para esta autora a compreensão dos fenômenos que estão intervindo no mundo do trabalho só poderá ter valor explicativo se levar em conta essas relações externas e internas, dos trabalhadores que por sua vez são ‘estruturadas’ pelos contextos históricos, realidades culturais e condições de desenvolvimento de cada localidade específica.



De acordo com FONTENELE-MOURÃO (2006), “a participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado de forma linear e praticamente alheia às flutuações da atividade econômica” (p.17). A propósito da inserção da mão-de-obra feminina do mercado de trabalho produtivo afirma FONTENELE-MOURÃO (2006) que, foi “o processo de industrialização [que] favoreceu a extensão do trabalho feminino assalariado” (p.22). Entretanto, segundo HIRATA (2002), também são as novas formas avançadas de industrialização que excluem esta mão-de-obra.

Para KARUSKY(1996), a mão-de-obra feminina exerceu um relevante papel no mercado de trabalho e historicamente apresenta um desempenho importante “tanto em atividades domésticas, necessárias para a reprodução da força de trabalho, como nas atividades produtivas”.(p.25)

Desta forma, o duplo papel ocupacional desempenhado pelas mulheres são responsáveis, mas não isoladamente, pela constituição da sua identidade. Por conseguinte, a compreensão dos impactos das reestruturações produtivas sobre constituição da identidade feminina dentro da divisão sexual do trabalho, só pode acontecer mediante a análise dos aspectos diferenciais de formação desta identidade fora e dentro do chamado trabalho produtivo. Dado que, segundo BORDIEU (2007), é no espaço social que ocorrem as relações objetivas entre os indivíduos e, no qual esses indivíduos ocupam determinadas posições que orientam sua conduta e, a partir da qual elaboram conceitos e são conceituados, pode-se dizer que, a posição ocupada pelas mulheres no seu trabalho produtivo e ou reprodutivo também está marcada por um duplo conflito: o das relações de classe e o das relações de gênero. As conseqüências deste conflito também concorrem para a construção da identidade feminina já que, para BORDIEU (2007), a identidade concretiza-se na diferença a tudo o que lhe é antagônico. Neste caso, as relações de gênero sobressaem-se como elementos explicativos da identidade feminina mediante relações de trabalho, logo que, as ocupações femininas e ou feminizadas são determinadas a partir da cristalização das representações sociais do que vêm a ser as habilidades femininas, que por sua vez, são diametralmente opostas às masculinas.

Sendo a perspectiva da divisão sexual do trabalho colocada no cerne da discussão sobre a constituição da identidade feminina no trabalho deve-se partir da origem d sua configuração para a melhor compreensão deste fenômeno, ou seja, a constituição da identidade de gênero. Ora, a constituição da identidade de gênero feminina inicia-se com as formas de socialização da criança de forma a conformá-la às representações sociais de gênero. Essas representações sociais são construídas historicamente e inculcadas no indivíduo com o processo de socialização, assim, segundo CRUZ (2003, p. 40), “desenvolve e reforça a imagem do varão relacionada com os aspectos tecnológicos (brincar com carrinhos, armar e desarmar, etc.)” mas afasta as meninas deste aprendizado. Por outro lado, às meninas são oferecidos brinquedos relacionados às atividades domésticas e familiares como bonecas, panelas e outros objetos de igual simbologia que reproduzem as representações sociais do feminino. Por sua vez, o conhecimento derivado desse aprendizado do trabalho familiar e doméstico em todos os aspectos e configurações que já assumiram ao do processo histórico sempre foram saberes desvalorizados perante a hegemonia masculina.

Como conseqüência os meninos crescem aprendendo a se relacionar com as atividades públicas enquanto as meninas aprendem atividades manuais relacionadas ao privado. Essas representações sociais longe de restringirem ao universo lúdico infantil

acompanham as mulheres por toda sua trajetória biográfica e lhe são impostas também no mercado de trabalho.

No seu estudo comparativo com empresas multinacionais japonesas e francesas com filiais no Brasil Helena Hirata explicita estas relações sociais de gênero. Seus estudos revelaram que, a situação das mulheres no mercado de trabalho está totalmente impregnada pelas relações de gênero, que têm conseqüências relevantes sobre a mão-de-obra feminina.

Para HIRATA (2002) as relações de trabalho estão profundamente marcadas pelas identidades de gênero e pelas representações sociais que as consolidam. Desta forma, para esta autora, a identidade feminina é uma identidade dominada, subalterna à identidade masculina, assim, as “relações sociais dos sexos [são] entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas” (2002, p.276). Esse papel subalterno, para HIRATA (2002), é resultado do processo de socialização a que as mulheres estão expostas desde a infância.

Logo, do que precede, a entrada no mercado de trabalho pelas mulheres tem sido marcada pela relações sociais de gênero, pois, de acordo com HIRATA (2002) a inserção dessa mão-de-obra feminina no mercado obedece as determinadas regras baseadas nas representações sociais de gênero. Neste caso, as ocupações tradicionalmente exercidas pelas mulheres têm como prerrogativas serem extensões das atividades ligadas com o trabalho doméstico e familiar como secretariado, cuidados à terceiros (enfermagem, educação ou serviço social) e algumas atividades manuais. Estes trabalhos são reconhecidos como trabalhos menos ‘qualificados’ pois, são ‘capacidades naturais’ das mulheres. Assim, de acordo com HIRATA (2002), essa desvalorização do trabalho doméstico e familiar é bem difundida e as representações sociais a respeito deste tema situam “as mulheres que não exercem atividade profissional” como indivíduos que “não trabalham ou nada fazem” desconsiderando que o “trabalho doméstico exige tempo, gasto de energia e até mesmo um esforço físico consideráveis”. (p.266)

O que resulta deste ponto de vista é que, sendo o trabalho doméstico um trabalho desvalorizado socialmente, visto que, a divisão sexual do trabalho denota uma estrutura hierárquica, onde o trabalho feminino apresenta sempre inferioridade, desvalorização, perante o trabalho masculino, e sendo o mesmo, a base do conhecimento, do saber fazer, das habilidades femininas, é que as ocupações desempenhadas pelas são também desvalorizadas. Além disso, essa falta de qualificação resulta na construção de um imaginário social que remete a mulher a um lugar de incompetência técnica que as exclui das funções de controle.

Esse discurso está na base da dupla opressão<sup>3</sup> exercida sobre as mulheres no ambiente de trabalho. Isto é, o capital se apropria dessas representações para justificar a baixa remuneração destinada ao trabalho feminino, já que ‘não há necessidade de uma grande remuneração para qualidades que são naturais, inerentes ao sexo feminino’. Por outro lado, são essas identidades, essas qualidades naturais que também justificam a maior presença das mulheres em determinados setores produtivos com modo de produção taylorista, alto controle do trabalho e ‘baixa qualificação’. Desta forma, segundo o estudo de HIRATA (2002), as qualidades exigidas trabalhadores e trabalhadoras eram antagônicas, ou seja, para eles exigia força física, resistência para desempenhar um trabalho mais pesado e sujo, isso justifica sua melhor remuneração, já o trabalho feminino era considerado leve,

---

<sup>3</sup> Oprimidas enquanto pertencentes ao sexo feminino e enquanto classe operária.

fácil e limpo, o que justifica sua menor remuneração. De acordo com HIRATA (2002), esta idéia fazia parte do senso comum de homens e mulheres trabalhadoras pesquisados.

Outro aspecto importante para HIRATA (2002), é que as transformações no mundo do trabalho não são uniformes nem generalizadas e atingem diferentemente a mão-de-obra masculina e feminina, dependem também dos contextos onde estão inseridas, ou seja, se países altamente industrializados ou em países em vias de desenvolvimento. Além disto, as atuais transformações no mundo do trabalho, com o aparecimento do capitalismo flexível, não estão amplamente difundidas para toda esfera produtiva. Decorre daí que há uma coexistência entre as formas flexíveis de produção com a produção taylorista. Pode-se dizer que o aspecto mais difundido da produção flexível seja a flexibilização da relação trabalhador / proprietário, com a perda ou relativização de vários direitos trabalhistas conquistados ao longo do processo histórico do trabalho. HIRATA (2002), ressalta que “as novas tecnologias tendem a reforçar a marginalidade das mulheres e constituem um perigo principalmente para as mulheres não qualificadas”. De acordo com esta autora são postos não qualificados que são eliminados, e são também estes, que utilizam-se tarefas repetitivas, que se tornam ou continuam abertos para as mulheres.

Se por um lado HIRATA (2002), confirma que há uma preeminência de mão-de-obra feminina em determinados setores da produção onde se mantém os postos de trabalho taylorizados, ela também desmonta esse discurso ao afirmar que essas representações de gênero não impedem, no caso do interesse do capital, que as mulheres desempenhem funções que exijam força física, em locais sujos e insalubres, como no caso da indústria têxtil. Outro exemplo relevante é o de uma empresa metalúrgica, que se utilizava majoritariamente de mão-de-obra masculina, e que justificava isso pelo esforço físico necessário para o desempenho de suas funções, ora como explica autora, contudo, várias destas funções foram automatizadas “nem por isso esses postos foram feminizados”. (HIRATA, 2002, p. 205) falar do trabalho em tempo parcial

Essas disjunções do mundo do trabalho afetam a identidade das mulheres e resultam na construção ou continuação de uma identidade subordinada. No que diz respeito as novas configurações do mundo do trabalho que se por um lado cria um leque cada vez maior de formas de trabalho taylorizadas também as extingue através das novas tecnologias de automação. Desta forma, atinge com o desemprego estrutural as formas de trabalho mais precarizadas, se isto é válido para um grupo cada vez maior de trabalhadores, é certo que a mão-de-obra feminina possui aspectos específicos nesta nova conjuntura. No que diz respeito a construção de sua identidade vale lembrar os estudos de HIRATA (2002), que destacam a questão do sentimento do sofrimento causado pelas representações sociais da ausência do trabalho produtivo feminino. Segundo esta autora as mulheres estão sujeitas a formas de coerção coletivas se “uma operária que trabalha em tempo parcial sem estar doente ou sem ter, pelo menos três filhos é tratada como ‘preguiçosa’ e há todo um sistema de exclusão do grupo operário que então que se estabelece”. (p.258) Outro aspecto importante ressaltado pela autora é a questão da identidade desvalorizada como trabalhadora, se por um lado elas não se dão o direito à preguiça, por outro seu trabalho produtivo também não contribuem para a construção de uma identidade positiva. Isso ocorre devido a construção da identidade de gênero que naturalmente as situam num nível produtivo inferior, e também as formas de trabalho taylorizadas que não propiciam uma identificação entre produtor e produto. Essa idéia toma forma a partir de um dos depoimentos apresentados por HIRATA (2002), “fazemos um trabalho besta, portanto somos umas bestas”. (p. 261) E uma terceira dimensão que percorre o trabalho e a sua

divisão por sexo é que a identidade de gênero, ligada a esfera de trabalho reprodutivo, mas que por sua vez alcança a esfera produtiva, é a negação da identidade, isso ocorre porque perante uma identidade social de gênero tão desvalorizada, compartilhada através das representações coletivas, implicam que a construção de uma auto-imagem positiva só pode acontecer mediante a negação dos aspectos negativos desta identidade coletiva, ou seja, o sexo.

As presentes discussões ressaltaram o valor do trabalho na construção da identidade dos trabalhadores e do reconhecimento intersubjetivo relevante perante as representações coletivas. A importância do trabalho como posicionador dos indivíduos nos espaços sociais destaca-se na sua perspectiva conflitiva de busca de reconhecimento ou de manutenção de posições. Neste sentido a importância do trabalho aparece no processo de já no momento de ruptura que os agentes passam quando entram no mercado de trabalho e podem tornar-se autônomos. Nesta perspectiva que as modificações passadas pelo mundo do trabalho a partir da segunda metade do século XX encontram relevância, pois afetam as relações e as configurações dos processos de trabalho que contribuem para a construção das identidades. Todavia, os estudos genéricos sobre o mercado de trabalho não dão conta da realidade de todos os trabalhadores, pois generalizam para as mulheres resultados que só têm valor explicativo para os homens. Desta forma, um recorte de gênero que inclua os processos históricos e culturais de cada localidade é indispensável para a compreensão dos impactos sofridos pelas identidades de trabalhadores e trabalhadoras frente às reestruturações do modelo produtivo.

Podemos concluir que, embora haja uma radical transformação nas relações produtivas, o trabalho, ainda possui um importante papel explicativo na construção das identidades sociais e que estas explicações são diferenciadas pelo sexo dos indivíduos. Há uma acentuação do desapossamento do conhecimento laboral causado pela racionalização do trabalho que tem causado perdas no reconhecimento e na auto-imagem dos trabalhadores e especialmente das trabalhadoras. Entretanto, a racionalização também diminuiu, em alguns setores, a exposição de diversos trabalhadores a ocupações originalmente penosas e perigosas. Contudo o saldo somente será positivo se resultar em distribuição geral dos ganhos para toda a sociedade. O que não nos exime da crítica as novas formas de precarização do trabalho a que estão expostos os trabalhadores não qualificados e, entre eles as mais oprimidas, ou seja, as mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999. p.101-117.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: \_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: vozes, 1999 p.417-611.

CORAGGIO, José Luis. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (orgs.), **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

- CRUZ, Maria H. S. Reestruturação produtiva, reprodução e gênero no setor financeiro. Universidade e **Sociedade: Minorias sociais e luta de classe**, Brasília, v.12, nº 29, 34-45, março, 2003.
- DEJOURS, Cristophe. O trabalho entre sofrimento e prazer. In: \_\_\_\_\_. **A banalização da injustiça social**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 27-36.
- DEJOURS, Cristophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. In: \_\_\_\_\_. **As estratégias defensivas**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DUBAR, Claude. Para uma teoria sociológica da identidade In: \_\_\_\_\_. **A SOCIALIZAÇÃO: Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: Edusp, 1998 11-169
- FONTENELE-MOURÃO, Tânia, M. **Mulheres em topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34 2003.
- KARUSKY, Cristina Puhl. A inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho no Brasil. In. **Análise, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas**, Porto Alegre, v. 7, nº 1, 25-50, 1996.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural: Os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002
- MARX, Karl. Processo de trabalho e ou o processo de produzir valores-de-uso. In: **O capital: crítica da economia política**. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989. 1.1, v.1, p. 201-209.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave?. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo desorganizado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PADILHA, V. **Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.
- SENNET, Richard. Ilegível. In: \_\_\_\_\_. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999
- SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUSA, Jessé, OELZE, Berthold (orgs.) **Simmel e a modernidade**. Trad. Sebastião Rios. 2 ed. Brasília, EdUnB, 2005, 41-76.
- TIRIBA, Lia. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: Tecendo os Fios de uma Nova Cultura do Trabalho. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.), **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.